

Práticas organizativas e Antropologia do Direito: Contribuições da Ângela Davis

Isabella Marques de Oliveira (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Josiane Silva de Oliveira (Orientadora), jsoliveira3@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Administração/Administração de Setores Específicos

Palavras-chave: Práticas organizativas. Relações de trabalho. Ângela Davis

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições teóricas de Ângela Davis para a compreensão das práticas de organização de trabalho das mulheres negras no Brasil. Sendo assim, delimitamos essa discussão a partir dos debates que destacam a intersecção entre as categorias gênero e raça possibilitando diferentes entendimentos sobre as análises da organização de trabalho. Foi possível sistematizar três categorias de discussões destacando o ponto de vista do feminista negro, sendo estas, a escravidão como contexto de organização das relações de trabalho, a divisão sexual do trabalho e a violência sexual no trabalho.

Introdução

A escritora e ativista Ângela Davis, nos ajuda a compreender os efeitos das relações de trabalho articuladas as consequências da escravização da população negra no Brasil, tema ainda pouco discutido na área da Administração. Sendo a mulher negra inserida entre os grupos de maior vulnerabilidade social e econômica, destaca-se a importância de discutir os possíveis fatores que nos permitem compreender esse fato. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as contribuições teóricas de Ângela Davis para a compreensão as práticas de organização de trabalho das mulheres negras no Brasil. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica de Ângela Davis, assim como uma busca nas principais revistas acadêmicas da área de Administração no Brasil para identificar como as categorias teóricas discutidas pela autora em estudo tem sido debatidas nessa área.

A escravização do povo negro promoveu a transformação dos seus corpos em mercadorias, contribuiu para jornada de trabalho exaustiva, condições precárias de moradia e as relações familiares afetadas, além das violências sexuais sofridas constantemente as mulheres (DAVIS, 2016). Esses efeitos têm consequências até os dias de hoje, quando se observa o contexto do mercado de trabalho em que as mulheres negras estão inseridas, em sua maioria, ocupam cargos de serviços domésticos ou com inferioridade salarial em relação aos mesmos cargos quando ocupados por pessoas de outro sexo ou cor de pele. Assim as divisões sexuais nas relações de trabalho são estabelecidas para além de aspectos apenas econômicos, mas também é interpelado pelo racismo e o sexismo. Aspectos que hoje se configuram para além das divisões no mercado de trabalho, mas também para a violência sofrida dentro dele.

A violência sexual ocorrida na escravidão, permanece ainda hoje, porém como uma nova configuração. Se antes era usado como um meio de dominação dos corpos para deixá-los vulneráveis para a realização dos trabalhos, hoje essas consequências estão presentes na vida dessas mulheres que continuam sofrendo com os assédios sexuais no mercado de trabalho contemporâneo. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo, analisar as contribuições de Ângela Davis, voltados para as relações de trabalho na divisão sexual e na violência sexual sofrida pelas mulheres negras no Brasil.

Materiais e métodos

Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa e exploratória. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007) que foi feita a partir do levantamento de informações que auxiliaram na investigação e serviram como base para a construção do tema. Os debates que pautam a construção desse artigo foram construídos a partir da leitura dos livros “Mulheres, raça e classe” (DAVIS, 2016), “Mulheres, cultura e política” (DAVIS, 2017) e “A liberdade é uma luta constante” (DAVIS, 2018). A partir destas leituras, foi possível sistematizar três categorias de discussões realizadas pela autora, destacando ser essa a partir de um ponto de vista feminista negro, que contribuem às análises organizacionais, sendo estas a escravidão como contexto de organização das relações de trabalho, a divisão sexual do trabalho e a violência sexual no trabalho. Em relação a pesquisa nas revistas da área da Administração, foi identificado como um dos textos que contribuíram com as discussões desse estudo: Birolí (2016).

Resultados e Discussão

Os estudos de Ângela Davis (2016) nos permitiram compreender como as violências e opressões sofridas pelos negros escravizados, tendo seus corpos usados como mercadoria para realização do trabalho nas lavouras e trabalhos domésticos, além dos estupros ocorridos as mulheres, refletiram nos aspectos sociais e econômicos nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo em que os cargos com inferioridade salarial são ocupados em sua maioria por mulheres negras no país. (BIROLI, 2016)

Davis (2016) aponta a divisão sexual no trabalho como característica do processo de escravização do povo negro que tem como consequência aspectos hierárquicos que constituem não apenas os espaços privados, mas também os espaços públicos no mercado de trabalho. Dessa forma, divisão sexual do trabalho está associada a naturalização das relações de autoridade e subordinação, que são advindas dos estereótipos raciais que incitam a determinadas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (BIROLI, 2016). As divisões do trabalho consistem em uma configuração desigual no âmbito doméstico quando relacionada a divisão das tarefas, e no mercado externo com as desigualdades salariais e ocupação dos cargos.

Para além dos aspectos econômicos e sociais, Davis (2016) compreende que a violência, a coerção sexual e o estupro eram modos de vulnerabilizar os corpos das mulheres negras para a realização de seu trabalho. Além de uma forma de expressar o domínio econômico do proprietário e controle do feitor nas condições

das mulheres negras como trabalhadoras. Violências estas que ainda estão presentes na sociedade brasileira.

Dessa forma, é possível perceber a importância de se discutir trabalho a partir das temáticas de Davis (2016), pois ela nos permite analisar como a população negra está inserida no contexto da sociedade capitalista a partir dos processos de escravização articulando o racismo e o machismo. Assim, nota-se a relevância de se realizar análises sociais a partir da perspectiva das mulheres negras, já que se percebe uma carência de artigos sobre o assunto. Foi possível observar que os artigos encontrados não realizaram um resgate histórico do termo escravidão, abordando apenas a partir de uma configuração contemporânea, o que leva a um silenciamento da questão racial, dificultando a compreensão analítica de fatores históricos e sociais que refletem na contemporaneidade causados pela escravidão e que afeta as relações de trabalho para o povo negro.

Conclusões

A escravização da população negra no Brasil ainda promove no contexto social da sociedade o reflexo da desigualdade racial e de gênero, configurando as violências das divisões sexuais do trabalho e as violências sexuais ocorridas às mulheres. O artigo apresentou duas contribuições para os estudos nas relações de trabalho na área da administração. A primeira, é o silenciamento presente nos artigos em relação as discussões e aprofundamento sobre o período da escravidão como consequência do tratamento no trabalho contemporâneo no Brasil. O que pode ser evidenciado pela precariedade da contribuição científica advindo de pesquisadores negros. A segunda contribuição desse estudo é evidenciar como mecanismos de violência e desigualdade racial e sexual se inter-relacionam no contexto de trabalho no Brasil, sendo suas formas de expressão efeitos do período de escravidão da população negra no país. Negligenciar as questões raciais nesses estudos pode contribuir para um reforço nas opressões de trabalho no Brasil, tendo em vista que a escravização não é considerada como um aspecto transformador dos processos organizativos de trabalho.

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Maringá, pelo programa de Iniciação Científica e de Ações Afirmativas; À Fundação Araucária, pelo apoio financeiro; À professora Josiane, pela sabedoria e determinação que me orientou.

Referencias

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, p. 719 a 681.

DAVIS, A. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. G. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katalysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.